



# Câmara Municipal de Martins Soares

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. João Batista, 22 – Centro - Martins Soares-MG - CEP 36.972-000 - ☎ (33) 3342-2001 / 3342-2132

### Lei Complementar nº 067/2013

**Dispõe sobre a instituição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS e dá outras providências.**

O povo do Município de Martins Soares, Estado de Minas Gerais, por seus Representantes aprova, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, órgão gestor do desenvolvimento rural sustentável do Município de MARTINS SOARES, que terá função consultiva ou deliberativa, segundo o contexto de cada política pública ou programa de desenvolvimento rural em implementação.

**Parágrafo Único:** A composição do CMDRS obedecerá ao estabelecido nas orientações para constituição ou reformulação de CMDRS, aprovadas pelo Plenário do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS.

**Art. 2º** Ao CMDRS compete promover:

- I - O desenvolvimento rural sustentável do município, assegurando a efetiva e legítima participação das comunidades rurais na discussão e elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - PMDRS, de forma a que este contemple ações de apoio e fomento à produção e comercialização de produtos da agricultura familiar e da reforma agrária, à regularidade da oferta, da distribuição e do consumo de alimentos no município, e à organização dos agricultores(as) familiares, buscando sua promoção social, à geração de ocupações produtivas e à elevação da renda;
- II - A execução, a monitoria e a avaliação das ações previstas no plano municipal de desenvolvimento rural sustentável do município, e dos impactos dessas ações, no desenvolvimento municipal, e propor redirecionamento;
- III - A formulação e a proposição de políticas públicas municipais voltadas para o desenvolvimento rural sustentável;
- IV - A inclusão dos objetivos e ações do plano municipal de desenvolvimento rural sustentável no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no Orçamento Municipal (LOA);
- V - A aprovação e compatibilização da programação físico-financeira anual, a nível municipal, dos programas que integram o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, acompanhando seu desempenho e apreciando relatórios de execução;
- VI - A compatibilização entre as políticas públicas municipais, regionais, estaduais e federais voltadas para o desenvolvimento rural sustentável, e para a conquista e consolidação da plena cidadania no espaço rural;
- VII - A criação e/ou o fortalecimento das associações comunitárias rurais, e a sua participação no CMDRS;
- VIII - A articulação com os municípios vizinhos visando a construção de planos regionais de desenvolvimento rural sustentável;
- IX - A identificação e quantificação das necessidades de crédito rural e de assistência técnica para os agricultores familiares;
- X - A articulação com os agentes financeiros com vistas a solucionar dificuldades identificadas e quantificadas, em nível municipal, para concessão de financiamentos à Agricultura Familiar;
- XI - As ações que revitalizem a cultura local;

XII - A diversidade e a representação dos diferentes atores sociais do município, no Plenário do Conselho, estimulando a participação de mulheres, jovens, indígenas, descendentes de quilombos e outros.

**Art. 3º** Para os efeitos desta lei, considera-se agricultor (a) familiar aquele(a) que pratica atividades no meio rural, atendendo simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que (4) quatro módulos fiscais;
- II - Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - Tenha renda familiar originada, predominantemente, de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento, nos termos estabelecidos pelo Plano Safra do PRONAF;
- IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família;
- V - Resida no próprio estabelecimento ou em suas proximidades.

**Parágrafo Único.** São também beneficiários desta Lei:

- a) A agricultores(as) familiares na condição de posseiros(as), arrendatários(as), parceiros(as) ou assentados(as) da Reforma Agrária; indígenas e remanescentes de quilombos;
- b) Pescadores (as) artesanais que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorem a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em parceria com outros pescadores artesanais;
- c) extrativistas que se dediquem à exploração extrativista ecologicamente sustentável;
- d) silvicultores (as) que cultivam florestas nativas ou exóticas, com manejo sustentável;
- e) aquicultores (as) que se dediquem ao cultivo de organismos cujo meio normal, ou mais frequente de vida seja a água.

**Art. 4º** O CMDRS tem foro e sede no Município de Martins Soares

**Art. 5º** O mandato dos membros do CMDRS será de 2 (dois) anos, e será exercido sem ônus para os cofres públicos, sendo considerado serviço relevante prestado ao município. Será permitida uma única reeleição, não se admitindo prorrogação de mandato.

**Art. 6º** Integram o CMDRS:

**a) Representantes do Poder Público:**

1. Um representante e um suplente da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.
2. Um representante titular e um suplente da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.
3. Um representante titular e um suplente da Secretaria Municipal de Educação.
4. Um representante titular e um suplente da Secretaria Municipal de Obras.
5. Um representante titular e um suplente da Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio, Turismo.
6. Um representante titular e um suplente da secretaria de esporte e lazer
7. Um representante titular e um suplente da secretaria de Fazenda, Administração e Secretaria de gabinete.
8. Um representante titular e um suplente do poder Legislativo.
9. Um representante titular e um suplente da EMATER.
10. Um representante titular e um suplente do Sindicato.

**b) Representante dos Agricultores Familiares:**

1. Um representante titular e um suplente das comunidades Boa Vista e Vista Alegre.
2. Um representante titular e um suplente das comunidades Boa Sorte e Barra do Cristal.

3. Um representante titular e um suplente das comunidades Palmeiras e Sobradinho.
4. Um representante titular e um suplente das comunidades Água Limpa (Jordão) e Catulino.
5. Um representante titular e um suplente das comunidades Água Limpa (Francos) e Barra da Água Limpa.
6. Um representante titular e um suplente das comunidades Espraiado e Barra do Espraiado.
7. Um representante titular e um suplente das comunidades dos Teixeiras e Barra os Teixeiras.
8. Um representante titular e um suplente das comunidades Batistas.
9. Um representante titular e um suplente das comunidades São Vicente, Louback, Acabei de Crer e Tatu.
10. Um representante titular e um suplente das comunidades Fazenda Socorro, Pinheiro, Vai e Volta, e Barra do Arrendido.
11. Um representante titular e um suplente das comunidades Boa Vista e Córrego dos Gomes (Canadá).
  - I - Representantes **de entidades da sociedade civil organizada** que estudem e/ou promovam ações voltadas para o apoio e desenvolvimento da agricultura familiar; **de órgãos do poder públicos** vinculados ao desenvolvimento rural sustentável, e **de organizações para-governamentais**
  - II - (tais como: associações de municípios, instituição de economia mista cuja presidência é indicada pelo poder público, etc.), também voltadas para o apoio e desenvolvimento da agricultura familiar.
  - III - Entidades representativas dos agricultores (as) familiares, e de trabalhadores (as) assalariados (as) rurais.

**§ 1º** O CMDRS deverá ter, obrigatoriamente, **como maioria** de seus membros, representantes dos agricultores (as) familiares e trabalhadores (as) assalariados (as) rurais, escolhidos e indicados por suas respectivas comunidades, associações, conselhos de desenvolvimento comunitário, sindicatos e demais grupos associativos.

**§ 2º** Todos os Conselheiros Titulares e Suplentes devem ser indicados formalmente, em documento escrito, pelas instituições que representam:

- a) para conselheiros e suplentes indicados por entidades da sociedade civil organizada, órgãos públicos e organizações para-governamentais, a indicação deverá ser feita em papel timbrado e assinado pelo responsável pela respectiva instituição;
- b) para conselheiros e suplentes indicados por comunidades ou bairros rurais onde não haja associação constituída, a indicação deverá ser feita em reunião específica para este fim, e deverá ser lavrada a respectiva ata, assinada pelos presentes;
- c) para conselheiros e suplentes indicados por comunidades ou bairros rurais onde haja associação constituída, a escolha deverá ser feita em reunião específica para este fim, e a indicação deverá ser assinada por todos os presentes.

**§ 3º** As indicações serão encaminhadas ao Prefeito Municipal para publicação através de Decreto ou Portaria municipal, no prazo máximo de 30(trinta) dias.

**Art. 7º** O Executivo Municipal, através de seus órgãos e entidades da administração direta e indireta, fornecerá as condições e as informações necessárias para o CMDRS cumprir suas atribuições.

**Art. 8º** O CMDRS elaborará o seu Regimento Interno, para regular o seu funcionamento e será aprovado por Decreto do Poder Executivo.

**Art. 9º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, principalmente a Lei Municipal nº 138 de 29 de janeiro de 2003.

Gabinete do Prefeito Municipal de Martins Soares, Estado de Minas Gerais, aos dezoito dias do mês de julho de dois mil e treze. (18.07.2013).

ADEMIR J. CONRADO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

